

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017**

**Senhores Acionistas:**  
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.882	23.643
Concessionárias	5	11.500	11.129
Impostos e contribuições sociais	6	1.416	360
Cauções e depósitos vinculados	9	2.023	
Prêmio de risco - GSF	8	606	606
Outros créditos	10	3.360	3.304
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>40.787</b>	<b>39.042</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	9	1.135	1.130
Prêmio de risco - GSF	8	2.193	3.560
Outros créditos	10	6.306	7.598
		<b>6.306</b>	<b>12.288</b>
Propriedades para investimentos		4.899	4.899
Imobilizado	11	225.153	229.021
Intangível	12	28.589	28.418
		<b>258.641</b>	<b>262.338</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>264.947</b>	<b>274.626</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>305.734</b>	<b>313.668</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2017	2016
<b>Receitas</b>			
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	21	<b>144.058</b>	<b>67.222</b>
Custo do serviço de energia elétrica	22	(59.600)	(10.426)
Custo de operação		(21.136)	(11.701)
Custo do serviço prestado a terceiros		(18)	(202)
		<b>(80.754)</b>	<b>(22.329)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>63.304</b>	<b>44.893</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	22	(4.250)	(10.039)
Depreciações e amortizações		(1.653)	(1.662)
Outras despesas e receitas operacionais		(13)	(3.298)
		<b>(5.916)</b>	<b>(14.999)</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>57.388</b>	<b>29.904</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	23	3.214	1.758
Despesas financeiras		(699)	(821)
		<b>2.515</b>	<b>937</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>59.903</b>	<b>30.841</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(6.099)	(2.791)
		<b>(6.099)</b>	<b>(2.791)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>53.804</b>	<b>28.050</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>			
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações) ON	25	0,21952	0,13733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2017	2016
<b>Resultado líquido do exercício</b>	53.804	28.050
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>53.804</b>	<b>28.050</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2017	2016
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita operacional	161.243	77.837
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	151.775	70.495
Receita relativa à construção de ativos próprios	(2)	
Outras receitas	9.277	7.342
	193	
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(77.166)</b>	<b>(25.234)</b>
Custos da energia comprada	(57.093)	(8.512)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.507)	(1.914)
Materiais	(4.825)	(1.623)
Serviços de terceiros	(11.463)	(9.474)
Outros custos operacionais	(1.278)	(3.711)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>84.077</b>	<b>52.603</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(12.079)	(9.784)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>71.998</b>	<b>42.819</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	3.214	1.758
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>75.212</b>	<b>44.577</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	4.733	7.527
Benefícios	1.062	431
FGTS	262	1.455
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	14.105	5.812
Estaduais	56	407
Municipais	147	42
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	699	821
Aluguéis	344	32
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	33.800	14.000
	<b>55.208</b>	<b>30.527</b>
Lucros retidos	<b>20.004</b>	<b>14.050</b>
	<b>75.212</b>	<b>44.577</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
 A EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (Companhia ou EDP PCH), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 2 de janeiro de 2015, com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como principais objetos sociais: (i) as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (v) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou exterior.

**1.1 Cisão**  
 Em AGE de 29 de fevereiro de 2016, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial da Energest S.A. (Energest), onde os ativos cindidos foram devidamente incorporados pela Companhia nesta data. A Energest transferiu para a Companhia as autorizações e/ou concessões das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs Viçosa, São João, Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito e da Usina Hidrelétrica - UHE Suíça. A Energest contratou empresa especializada para a realização do Laudo de Avaliação afirm de apurar, com base no Balanço Patrimonial da Energest em 31 de outubro de 2015, o montante a ser cindido. O Laudo de Avaliação utilizou como critério o valor patrimonial líquido da Energest, com base nos critérios previstos na legislação aplicável, resultando em um acervo líquido cindido de R\$272.337, na data base de 31 de outubro de 2015. Visto que a cisão foi concluída apenas em 29 de fevereiro de 2016, o acervo cindido apresentado no Laudo de Avaliação foi atualizado com as variações patrimoniais ocorridas no período, resultando no acervo cindido líquido final de R\$265.589.

Em 27 de janeiro de 2016 o BNDES, por meio da carta nº 09/2016, e em 16 de fevereiro de 2016 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.633, anularam o processo de cisão. Em 25 de maio de 2016 foram assinados os termos aditivos aos contratos de concessão.

**1.2 Concessões e Autorizações**  
 A partir do processo de cisão, a Companhia passou a possuir junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações de geração em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWh) (*)	Concessão/Autorização
UHE Suíça	Produtor Independente	Concessão	ES	33,90	18,91	14/07/1999 16/07/2025
PCH Viçosa	Produtor Independente	Autorização	ES	4,50	2,52	19/05/1999 19/05/2029
PCH São João	Produtor Independente	Autorização	ES	25,00	12,95	19/05/1999 19/05/2029
PCH Alegre	Produtor Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	14/07/1995 16/07/2025
PCH Fruteiras	Produtor Independente	Concessão	ES	8,74	5,56	14/07/1995 16/07/2025
PCH Jucu	Produtor Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	14/07/1995 16/07/2025
PCH Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	22,50	9,40	14/07/1995 16/07/2025

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

Na exploração das usinas hidroelétricas, as concessionárias e autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: (i) Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), negociados principalmente com terceiros; e (ii) Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros (Nota 5) e com partes relacionadas (Nota 7).

**1.2.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**  
 A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.911/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 10.2).

**1.2.2 Contratos de concessão (UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito)**  
 O prazo das autorizações das PCHs está em vigência de acordo com a exploração do aproveitamento hidroelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, em conformidade com o "Serviço Público" para "Produtor Independente". Nos dias 9 e 17 de julho de 2014, respectivamente, foram assinados os Contratos de Concessão nº 01/2013 e nº 04/2013 para a UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, formalizando a alteração do regime de exploração para Produtor Independente. O prazo de concessão poderá ser prorrogado a critério do Poder Concedente. Todas as prorrogações serão baseadas nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidroelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

**1.2.2.1 Uso do bem público**  
 O prazo das autorizações da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidroelétrico, recolhe à União, em relação às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidroelétrico da UHE Suíça, a Companhia recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$2.618 (R\$4.028 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 18). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

**1.2.3 Autorizações PCHs Viçosa e São João**  
 O prazo das autorizações das PCHs Viçosa e São João está em vigor pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidroelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na autorização, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores. Para as outorgas na modalidade de autorizações, não existe a incidência de pagamento de Uso do bem público, bem como da aplicação de montantes em Pesquisa e Desenvolvimento.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	2.716	3.522
Impostos e contribuições sociais	6	2.526	1.725
Debêntures	15	95	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16		2.539
Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.326	2.879
Uso do bem público	18	1.681	1.634
Provisões	19	213	
Outras contas a pagar	10	1.413	999
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>10.970</b>	<b>13.289</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	15	149.444	
Empréstimos e financiamentos	16		1.054
Uso do bem público	18	937	2.394
Provisões	19	653	172
Outras contas a pagar	10	324	17.120
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>151.358</b>	<b>20.740</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>305.734</b>	<b>313.668</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	Nota	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		59.903	30.841
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		2	
Depreciações e amortizações		12.079	9.784
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		895	414
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		268	278
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		304	445
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		25	(22)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		21	22
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		584	122
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(93)	(101)
Amortização do prêmio de risco - GSF		582	484
Outros			(899)
		<b>74.570</b>	<b>41.148</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Concessionárias		(373)	(11.036)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(1.056)	(360)
Cauções e depósitos vinculados		29	(162)
Prêmio de risco - GSF			(3.768)
Outros ativos operacionais		5.349	1.676
		<b>3.949</b>	<b>(13.650)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(806)	3.522
Outros tributos e contribuições sociais		324	597
Obrigações sociais e trabalhistas		(553)	1.180
Provisões		(41)	99
Uso do bem público		(1.714)	(1.356)
Outros passivos operacionais		(16.957)	17.457
		<b>(19.747)</b>	<b>21.499</b>
<b>Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>		<b>58.772</b>	<b>48.997</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.622)	(1.863)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>		<b>53.150</b>	<b>47.334</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(8.588)	(7.342)
<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de investimento</b>		<b>(8.588)</b>	<b>(7.342)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções e depósitos vinculados		(1.964)	
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão		(150.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(40.037)	(14.000)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		149.432	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(3.598)	(2.099)
Pagamentos de encargos de dívidas		(156)	(250)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(46.323)</b>	<b>(16.349)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.761)</b>	<b>23.643</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		21.892	23.643
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<b>(1.761)</b>	<b>23.643</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>				
Acervo líquido decorrente de cisão	245.101	27.236	(6.748)	265.589
Lucro líquido do exercício			28.050	28.050
<b>Destinação do lucro:</b>				
Constituição de reserva legal		1.065	(1.065)	-
Dividendos intermediários - RCA de 20/12/2016			(14.000)	(14.000)
Dividendo adicional proposto		6.237	(6.237)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>245.101</b>	<b>34.538</b>	-	<b>279.639</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>				
<b>Capital Social</b>	<b>245.101</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>34.538</b>	<b>Lucros acumulados</b>
Redução de capital - AGE de 26/10/2017	(150.000)			(150.000)
Dividendo adicional aprovado AGO de 11/04/2017		(6.237)		(6.237)
Lucro líquido do exercício			53.804	53.804
<b>Destinação do lucro:</b>				
Dividendos Intermediários - RCA de 20/10/2017			(33.800)	(33.800)
Dividendo adicional proposto		20.004	(20.004)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>95.101</b>	<b>48.305</b>	-	<b>143.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

**2.2 Práticas contábeis**  
 As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

**2.4 Uso de estimativa e julgamento**  
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<b>Classificação CPC 38</b>	<b>Classificação CPC 48</b>
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

### **CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 28.1, a Companhia possui R\$3.197, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

### **Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

### **ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

### **2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017**

#### **Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16**

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 27.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

## **3 Eventos significativos no exercício**

### **3.1 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico**

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.

### **3.2 Redução de Capital social**

A Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 26 de outubro de 2017, pela redução de seu capital social no montante de R\$150.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada à aprovação da ANEEL, que foi obtida em 20 de novembro de 2017, por meio do Despacho nº 3.880 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF. A redução foi por meio de restituição aos acionistas, em moeda corrente no dia 27 de dezembro de 2017.

## **7 Partes Relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 14), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	preço praticado (R\$/MWh)	Ativo				Passivo				Resultado	
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante		Operacional	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>											
<b>Venda de energia elétrica</b>											
EDP Espírito Santo	Controle Comum	247,26	01/04/2016 a 17/07/2025	2.345	3.497					26.819	29.111
EDP Espírito Santo	Controle Comum	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025		766					1.546	5.018
EDP Espírito Santo	Controle Comum	242,25	01/04/2016 a 17/07/2025	2.198	3.650					30.749	23.804
EDP Espírito Santo	Controle Comum	234,17	01/04/2016 a 31/12/2041							2	1
Santa Fé	Controle Comum	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016		91			38			1.932
Santa Fé	Controle Comum	411,49	01/01/2017 a 31/05/2017							2.176	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 a 31/12/2022	78						818	640
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 a 31/07/2016		65						3.884
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2017 a 31/12/2017	2.824						43.557	
		<b>7.445</b>	<b>8.069</b>	-	-	-	-	<b>38</b>	-	<b>105.667</b>	<b>64.390</b>
<b>Fornecedores (Nota 13)</b>											
<b>Suprimento de energia elétrica</b>											
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 a 31/07/2016								(2.640)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/03/2017 a 31/12/2018					573		(16.485)	
<b>Uso do sistema de distribuição</b>											
EDP Espírito Santo	Controle Comum		01/04/2016 a 17/07/2025					222	221		(2.678)
		-	-	-	-	<b>795</b>	<b>221</b>	-	-	<b>(19.163)</b>	<b>(4.554)</b>
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)</b>											
<b>Contrato Prestação de Serviços (a)</b>											
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018					228		460	433
ECE Participações	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018	38				237		463	436
Santa Fé	Controle Comum		29/07/2016 a 31/12/2018			9	46			111	46
Costa Rica	Controle Comum		01/05/2016 a 31/12/2017	79	79					1.151	575
Investco	Controle Comum		01/01/2017 a 31/12/2017			842				842	
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>											
EDP Espírito Santo	Controle Comum		01/11/2016 a 31/10/2019						1	(6)	(1)
<b>Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (c)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2017 a 31/12/2017			709				5.481	
<b>Cisão (d)</b>											
Energest	Controle Comum		01/03/2016 a Indeterminado			633	7.087		155	17.120	(10.033)
		<b>117</b>	<b>79</b>	<b>2.193</b>	<b>7.598</b>	-	-	<b>156</b>	<b>17.120</b>	<b>8.502</b>	<b>(8.544)</b>
		<b>7.562</b>	<b>8.148</b>	<b>2.193</b>	<b>7.598</b>	<b>795</b>	<b>259</b>	<b>156</b>	<b>17.120</b>	<b>95.006</b>	<b>51.292</b>

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritas na nota de Garantias (Nota 28.2).

#### **a) Contratos de Prestação de Serviços**

##### **Cachoeira Caldeirão e ECE Participações**

Os contratos, com previsão de vigência de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2016, têm por objetivo a prestação de serviços de operação e engenharia de operação e manutenção como por exemplo, atividades relacionadas a assuntos energéticos, a assuntos de intervenções e atividades relacionadas à área administrativa-técnica da operação das usinas.

##### **Santa Fé**

O contrato, com previsão de vigência de 48 meses, tem por objetivo a prestação de serviços de atividades relacionadas a assuntos energéticos, de intervenções e da área administrativa-técnica da operação da usina.

##### **b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura**

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho. Entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em novembro de 2016 a EDP Espírito Santo celebrou este mesmo contrato com a EDP PCH, utilizando o mesmo critério de rateio anuído pelo Despacho nº 2.430/15, com prazo de 36 meses, sem necessidade da anuência prévia ANEEL, conforme dispensa prevista na Resolução ANEEL nº 699/16. Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

##### **c) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos**

A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Peçém. O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

Considerando a proximidade do fim da vigência do contrato supracitado, em 22 de novembro de 2017 foi protocolado pedido de anuência prévia junto à ANEEL para o novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos a ser pactuado entre as mesmas partes relacionadas já participantes. Tal contrato possuirá vigência para os períodos de 2018 e 2019 e, atualmente, encontra-se em análise pela ANEEL.

##### **d) Cisão**

Os montantes a pagar e a receber junto à Energest referem-se a contratos de prestação de serviços, transferência de funcionários e gastos diversos que encontram-se em processo de regularização após a cisão.

##### **7.1 Controladora direta e final**

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

##### **7.2 Remuneração dos administradores**

#### **7.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro**

	2017			2016		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária		Total
Remuneração (a)	549	34	583	213		213
<b>Total</b>	<b>549</b>	<b>34</b>	<b>583</b>	<b>213</b>		<b>213</b>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía quatro posições no Conselho de Administração, porém, nenhum membro era remunerado.

## **8 Prêmio de risco - GSF**

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$3.584 (R\$4.166 em 31 de dezembro de 2016), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, no montante original de R\$4.650, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$582 (R\$484 em 2016).

## **9 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais		15,2		146	166
Cauções e depósitos vinculados		2.023	989	964	
<b>Total</b>		<b>2.023</b>	<b>1.135</b>	<b>1.130</b>	

O montante de Cauções e depósitos vinculados no Circulante em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.023 refere-se a conta corrente de arrecadação do Banco do Brasil vinculada ao contrato de financiamento do BNDES. Mesmo com a quitação antecipada deste financiamento em 19 de dezembro de 2017, este montante permanecerá bloqueado junto ao Banco do Brasil até que o BNDES forneça o documento de quitação do contrato de financiamento, o que deve ocorrer no início de 2018.

O montante de Cauções e depósitos vinculados no Não circulante de R\$989 (R\$964 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 1,8 vezes o valor da última parcela paga pela Companhia. Com a quitação antecipada deste financiamento, conforme mencionado acima, a liberação do montante também está condicionada ao recebimento do documento de quitação.

## **10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Outros créditos - Ativo</b>					
Adiantamentos		9		36	
Bens destinados à alienação				204	
Serviços prestados a terceiros		7	25	79	2.193
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		117		7	7.598
Despesas pagas antecipadamente		19		5	
Estoques		10.1	3.141	2.980	
Outros		49			
<b>Total</b>		<b>3.360</b>	<b>3.304</b>	<b>2.193</b>	<b>7.598</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos				80	
Folha de pagamento		270		242	
Benefícios pós-emprego				34	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		7		156	17.120
Encargos Setoriais		10,2	1.142	550	168
Outros				84	
<b>Total</b>		<b>1.413</b>	<b>990</b>	<b>324</b>	<b>17.120</b>

### **10.1 Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

### **3.3 Captação de recursos**

Durante o exercício de 2017 a Companhia captou o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 1ª Emissão	dez/17	dez/22	150.000	CDI + 1,30% a.a.	Readequação da estrutura de capital com redução de capital
			<b>150.000</b>		

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	1.866	2.166
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	20.016	21.477
<b>Total</b>	<b>21.882</b>	<b>23.643</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de res

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.1 Composição do intangível**

	Taxas anuais médias de amortização %			31/12/2017			Taxas anuais médias de amortização %			31/12/2016		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido			
<b>Intangível em serviço</b>												
Geração												
Software	20,00	1.831	(1.216)	615	20,00	1.034	(1.027)	7				
Serviço permanente	2,80	142	(12)	130	0,76	142	(8)	134				
Direito de concessão - Licenças ambientais		633	(633)		20,00	633	(633)					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	20,00	6.020	(4.114)	1.906	20,00	6.020	(2.909)	3.111				
<b>Total</b>		<b>8.626</b>	<b>(5.975)</b>	<b>2.651</b>		<b>7.629</b>	<b>(4.577)</b>	<b>3.252</b>				
Administração												
Software	20,00	2.585	(2.298)	287	20,00	2.554	(2.110)	444				
<b>Total</b>		<b>2.585</b>	<b>(2.298)</b>	<b>287</b>		<b>2.554</b>	<b>(2.110)</b>	<b>444</b>				
<b>Total do Intangível em serviço</b>		<b>11.211</b>	<b>(8.273)</b>	<b>2.938</b>		<b>10.383</b>	<b>(6.687)</b>	<b>3.696</b>				
<b>Intangível em curso</b>												
Desenvolvimento de projetos		25.131		25.131		23.811		23.811				
Administração		520		520		911		911				
<b>Total do Intangível em curso</b>		<b>25.651</b>		<b>25.651</b>		<b>24.722</b>		<b>24.722</b>				
<b>Total do Intangível</b>		<b>36.862</b>	<b>(8.273)</b>	<b>28.589</b>		<b>35.105</b>	<b>(6.687)</b>	<b>28.418</b>				

**12.2 Movimentação do intangível**

	Nota	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transferências para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Intangível em serviço</b>								
Software		451		828	(377)			902
Serviço permanente		134			(4)			130
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.2	3.111			(1.205)			1.906
<b>Total do Intangível em serviço</b>		<b>3.696</b>		<b>828</b>	<b>(1.586)</b>			<b>2.938</b>
<b>Intangível em curso</b>								
Desenvolvimento de projetos		23.810	787			(155)		24.442
Outros intangíveis em curso		912	1.138		(828)		(13)	1.209
<b>Total do Intangível em curso</b>		<b>24.722</b>	<b>1.925</b>		<b>(828)</b>		<b>(13)</b>	<b>25.651</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>28.418</b>	<b>1.925</b>		<b>(1.586)</b>		<b>(13)</b>	<b>28.589</b>

**15 Debêntures**

**15.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data de emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2017		
										Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM n° 476/09	150.000	1	150.000	1ª emissão em 26/12/2017	26/12/2017 a 26/12/2022	capital, com redução do capital social.	Readequação da estrutura de capital, com redução do capital social. 1,30% a.a.	Principal semestral a partir de dezembro/2020 e juros semestral Amortização mensal	95	150.000	150.995
<b>Total</b>				(924)						<b>95</b>	<b>149.444</b>	<b>149.539</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**15.2 Movimentação das debêntures do exercício**

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Circulante</b>						
Juros	-	-	95			95
Custo de transação	-	-		(12)	12	-
<b>Não circulante</b>						
Principal	-	150.000				150.000
Custo de transação	-	(568)		12		(556)
<b>Total</b>		<b>149.432</b>		<b>12</b>		<b>149.444</b>

**15.3 Vencimento das parcelas**

	Vencimento		
<b>Circulante</b>			
2018			95
<b>Não circulante</b>			
2020			29.583
2021			59.903
2022			59.958
<b>Total</b>			<b>149.539</b>

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ações e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/2009, no qual refere-se à oferta pública distribuída com estorços restritos.

A totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto público da emissão. As principais cláusulas do contrato prevendo rescisão estão descritas abaixo:

- (i) se houver liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um evento de inadimplemento;
- (ii) decretação de falência da Emissora, pedido de autotutela formulado, plano de recuperação extrajudicial proposto a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento em juízo de recuperação judicial;
- (iii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (iv) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações da Emissora ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora;
- (v) se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de: (a) no mínimo, 50% mais uma ação do capital votante da Companhia; ou (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da Companhia;
- (vi) alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, de forma a alterar as suas atividades preponderantes, sem prévia autorização dos Debenturistas;
- (vii) redução de capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado por Debenturistas ou para absorção de prejuízos;
- (viii) protesto contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000, não contestados de boa-fé pela Emissora;
- (ix) inadimplemento pela Emissora (sentença judicial, decisão ou sentença arbitral contra a Emissora, obrigações pecuniárias), em valor, individual ou agregado por evento, igual ou superior a R\$15.000; e
- (x) não observância, pela Emissora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, tendo por base as Demonstrações Financeiras da Emissora, a partir, inclusive das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

**16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

A Companhia possui contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante original de R\$20.004, com custo de 4,50% a.a. e TJLP + 1,92% a.a. e com vencimento em 15 de maio de 2018. Em 19 de dezembro de 2017 a Companhia liquidou antecipadamente o referido contrato no montante de R\$1.061. Segue abaixo a movimentação no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Circulante</b>						
Principal	2.529	(3.598)		1.054	15	-
Juros	10	(156)	146	1.054	15	-
<b>Total</b>	<b>2.539</b>	<b>(3.754)</b>	<b>146</b>			<b>-</b>
<b>Não circulante</b>						
Principal	1.054	-		(1.054)	-	-
<b>Total</b>	<b>1.054</b>			<b>(1.054)</b>		<b>-</b>

**17 Obrigações sociais e trabalhistas**

	31/12/2017	31/12/2016
Folha de pagamento	2.076	2.557
INSS e FGTS	250	222
<b>Total</b>	<b>2.326</b>	<b>2.879</b>

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

**18 Uso do Bem Público - UBP**

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.2.2.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, pelo prazo de cinco anos, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 6,92% a.a., que representa a taxa de captação de empréstimos e financiamentos na data do reconhecimento inicial.

No exercício de 2017, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2017
<b>Circulante</b>						
Uso do bem público	1.634	(2)	(50)	(1.714)	1.813	1.681
<b>Total</b>	<b>1.634</b>	<b>(2)</b>	<b>(50)</b>	<b>(1.714)</b>	<b>1.813</b>	<b>1.681</b>
<b>Não circulante</b>						
Uso do bem público	2.394	229	127	-	(1.813)	937
<b>Total</b>	<b>2.394</b>	<b>229</b>	<b>127</b>		<b>(1.813)</b>	<b>937</b>

**19 Provisões**

	Nota	Circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2017	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1	213	467	11
Licenças ambientais		213	653	172
<b>Total</b>		<b>426</b>	<b>1.120</b>	<b>183</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**19.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**19.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		Ativo	
	Saldo em 31/12/2016	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2017	Depósito judicial (Nota 9) 31/12/2017
Cíveis	161	25	186	10
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>25</b>	<b>186</b>	<b>10</b>
Não circulante	161		186	10
<b>Total</b>	<b>161</b>		<b>186</b>	<b>10</b>

**19.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo em 31/12/2017	Depósito judicial (Nota 9) 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Depósito judicial (Nota 9) 31/12/2016
Trabalhistas	518	476	79	89
Fiscais	1.570	1.495	57	57
<b>Total</b>	<b>2.088</b>	<b>1.971</b>	<b>136</b>	<b>146</b>

**19.2 Licenças ambientais**

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 9,42% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de março de 2017 foi emitida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA a renovação da Licença de Operação - LO nº38/2017, que autoriza a Companhia a operar a PCH Alegre. A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Em decorrência da renovação da LO, a Companhia efetuou a provisão dos gastos com as condicionantes exigidas no montante de R\$689, sendo R\$676 em contrapartida ao Intangível (Nota 12) e R\$13 em contrapartida ao Imobilizado (Nota 11).

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo das usinas, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial das usinas, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental da Companhia durante o exercício de 2017 foram de R\$842 (R\$288 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, R\$41 (R\$118 em 31 de dezembro de 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$801 (R\$170 em 31 de dezembro de 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e outras atividades de proteção ambiental, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2016		Atualização monetária		Transferências AVP		Saldo em 31/12/2017	
	Adições	Pagamentos	monetária					
Circulante	-	151	(41)	5	99	(1)	213	
Não circulante	11	538		15	(99)	2	467	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>689</b>	<b>(41)</b>	<b>20</b>	<b>(99)</b>	<b>1</b>	<b>680</b>	

**20 Patrimônio líquido**

**20.1 Capital social**

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$95.101 (R\$245.101 em 31 de dezembro de 2016). Conforme descrito na nota 3.2, a Companhia deliberou em AGE realizada em 26 de outubro de 2017 pela redução de seu capital social no montante de R\$150.000, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações	% participação	31/12/2017	Quantidade de ações	% participação	31/12/2016
EDP - Energias do Brasil	245.101.896	100,00	245.101.896			
Outros	1		1			
<b>Total</b>	<b>245.101.897</b>	<b>100,00</b>	<b>245.101.897</b>			<b>100,00</b>

**20.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

**12.2.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às PCHs e UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público e registrados em contrapartida do passivo (

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**26.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**  
 Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- **Valor justo por meio do resultado**  
 Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incidirem.
- **Emprestimos e recebíveis**  
 São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Mantidos até o vencimento**  
 Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- **Outros ao custo amortizado**  
 São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
			Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	20.016	21.477	20.016	21.477
<b>Mantidos até o vencimento</b>						
Cauções e depósitos vinculados	9		3.012	964	3.012	964
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			1.866	2.166	1.866	2.166
Concessionárias	5		11.500	11.129	11.500	11.129
Outros créditos - Partes relacionadas	10		2.310	7.677	2.310	7.677
			<b>38.704</b>	<b>43.413</b>	<b>38.704</b>	<b>43.413</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Outros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores	13		2.716	3.522	2.716	3.522
Debêntures	15		149.543	149.539	149.539	149.539
Uso do bem público	18		2.588	3.906	2.618	4.028
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15					
Moeda nacional						3.593
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10		156	17.120	156	17.120
			<b>155.003</b>	<b>28.141</b>	<b>155.029</b>	<b>28.263</b>

**26.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso das operações de empréstimos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não era aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com UNDES, uma vez que este contrato possuía características próprias. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 8,4% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

**26.1.3 Mensuração a valor justo**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação, mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**26.2 Gestão de risco**

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas de negócio sejam gerenciados de forma consistente e reportados periodicamente à Diretoria da empresa. O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva. O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas abaixo de uma mesma diretoria.

**26.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

**26.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório FOCUS do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.375		1.375	344	688		(688)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	69	12	81	20	40	(20)	(40)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>1.444</b>	<b>12</b>	<b>1.456</b>	<b>364</b>	<b>728</b>	<b>(364)</b>	<b>(728)</b>
Debêntures	CDI	(17.227)	(54.209)	(71.436)	(15.421)	(30.688)	15.602	31.404
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(17.227)</b>	<b>(54.209)</b>	<b>(71.436)</b>	<b>(15.421)</b>	<b>(30.688)</b>	<b>15.602</b>	<b>31.404</b>
		<b>(15.783)</b>	<b>(54.197)</b>	<b>(69.980)</b>	<b>(15.057)</b>	<b>(29.960)</b>	<b>15.238</b>	<b>30.676</b>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI teve seu valor entre 7,00% e 8,50%.

**26.2.2 Risco de liquidez**  
 O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos de mercado, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outros obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentados na nota 15. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2017 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas</b> Presidente	<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Vice-Presidente	<b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro	<b>Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro</b> Conselheira
--	---	---	---

**DIRETORIA**

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente	<b>André Luiz de Castro Pereira</b> Diretor	<b>José Cherm Pinto</b> Diretor	<b>Stella Maris Moreira Fuão</b> Diretora	<b>Vitor Hugo Alexandrino da Silva</b> Diretor	<b>André Luis Nunes de Mello Almeida</b> Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos	<b>Leonardo Nery dos Santos</b> Gestor Contabilidade UNG e FT Contador - CRC 1SP261342/O-2 "S" ES
--	--	------------------------------------	--	---	---	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA**  
**Como o assunto foi conduzido**



**Porque é um PAA**  
 Avaliação de eventual perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Notas 11 e 12)

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos classificados no grupo do imobilizado e intangível somavam respectivamente R\$ 225 milhões e R\$ 29 milhões. Eventuais perdas por redução do valor recuperável (impairment) de bens dos ativos não financeiros são determinadas a partir de estimativas do valor em uso desses ativos.

Em 2017, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade e concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

Consideramos essa área como o principal assunto de nossa auditoria pela relevância dos valores e pelo fato de a determinação da necessidade da perda por redução ao seu valor recuperável envolver julgamentos significativos. Esses julgamentos incluíram projeções em relação a resultados futuros, com a utilização de premissas subjetivas, além da determinação de taxa de desconto.

**Outros assuntos**  
**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

	31/12/2017				Total	31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos		
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	2.179	385	152	156	2.716	3.522
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					156	17.120
Debêntures			95	149.444	149.539	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						3.593
Uso do bem público	144	284	1.253	937	2.618	4.028
	<b>2.323</b>	<b>669</b>	<b>1.500</b>	<b>150.537</b>	<b>155.029</b>	<b>24.670</b>

**26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de Debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desdobro mediado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2017 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. Existem garantias contratadas (Nota 28.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Contrato de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

**26.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE exige a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico das PCHs Jucu, Rio Bonito e São João, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCST, mediante pagamento de prêmio (Nota 8).

**26.2.4 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, entre outras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**26.2.5 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, COEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**26.2.6 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter e ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Total dos empréstimos	149.539	3.593
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.882)	(23.643)
Dívida líquida	<b>127.657</b>	<b>(20.050)</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>143.406</b>	<b>279.639</b>
<b>Total do capital</b>	<b>271.063</b>	<b>259.589</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>47,09%</b>	<b>-7,72%</b>

**27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**27.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2017
				Variação monetária e cambial	Adições/baixas	Outros	
Cauções e depósitos vinculados	9	964	(1.964)	(84)	4.096	3.012	
Capital social	20,1	245.101	(150.000)	-	-	95.101	
Dividendos	14	-	(40.037)	-	40.037	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	3.593	148.678	15	253	149.539	
		<b>249.658</b>	<b>(46.323)</b>	<b>(69)</b>	<b>40.290</b>	<b>4.096</b>	

**27.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 2016, não houve transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa no exercício de 2017 e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	<b>31/12/2017</b>
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	689
<b>Total</b>	<b>689</b>

**28 Compromissos contratuais e Garantias**

**28.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por natureza e maturidade de vencimento. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2		
--	---------	--	--